

CARTOGRAFIA E O (RE)CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO DE ANGOLA NO SÉCULO XVIII

Sara Ventura da Cruz

Bolseira FCT/Doutoranda

Centro de Estudos Sociais / Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra
(CES/IIIUC)

saravcruz@gmail.com

Resumo

A segunda metade do século XVIII, sob o “governo” do Marquês de Pombal, marca uma viragem na política colonial portuguesa. No caso de Angola, essa nova conceção do projeto colonial tem um grande significado na medida em que propõe uma alteração do seu papel na economia atlântica e no quadro global do Império Português de mero reservatório de mão-de-obra escrava.

Este período em Angola ficou assim marcado pela introdução de diversas reformas, propostas e medidas que refletem essa diferente forma de entendimento deste território. São medidas informadas pela política de cariz iluminista, para as quais o governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772) tem sido apontado pela historiografia como principal impulsionador.

Essas medidas de territorialização do estado colonial visavam uma ocupação efetiva do território e uma exploração dos seus recursos. Assentavam na criação de uma rede urbana que garantisse, por um lado, o controlo do território e das suas redes comerciais e, por outro, a criação de bases novas para a economia através do desenvolvimento da agricultura e da indústria. Mas, para além desta apropriação física do território, pode-se ainda falar dos esforços empreendidos para uma apropriação intelectual através da sua descrição, quer por desenhos quer por inventários.

Neste contexto, os engenheiros militares, vindos de outras partes do Império ou formados na Aula de Geometria e Fortificação que se fundou em Luanda em 1769, assumiram um papel fundamental enquanto agentes de intervenção territorial, tanto no assentamento dos núcleos urbanos como na produção de elementos cartográficos.

Ao serviço do conhecimento e da ciência, a cartografia – o (re)conhecimento do território – foi assim um instrumento fundamental para a implementação nos territórios das políticas coloniais e constitui um documento essencial para uma leitura atual dos processos históricos que decorreram sobre o(s) território(s).

Proponho no âmbito desta Conferência uma leitura sobre estes processos, tendo por base a cartografia existente.

Palavras-chave: Ciência colonial, cartografia, Angola, Século XVIII, urbanismo

Sara Ventura da Cruz (Aveiro, 1978). Licenciada e Mestre em Arquitetura (FCTUC, 2005 e 2011). Curso de Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (CEDOJA-UC, 2009). Desde 2012, doutoranda do Programa de Doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa” (CES/III-UC), com bolsa FCT.